

SEXTA-FREE: FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE UM PROJETO DE EAD BEM-SUCEDIDO

Cristiane Alperstedt e Sílvia Dotta

crisalp@hotmail.br, silviadotta@usp.br

Resumo: O objetivo do presente estudo é descrever a implantação e desenvolvimento de um projeto de EaD denominado Sexta-Free em uma instituição privada de ensino superior em São Paulo. O trabalho apresenta as bases teórico-metodológicas de EaD (EaD) que fundamentaram a criação do projeto, discorre a respeito do surgimento dos cursos seqüenciais, das condições específicas de oferta na instituição investigada, do projeto em si, dos alicerces do projeto e dos resultados atingidos. A pesquisa empreendida configura um estudo de caso, com um corte longitudinal no que é investigado o objeto ao longo de um período de dois anos. Os dados coletados são oriundos de fontes secundárias a partir de questionários aplicados com alunos e professores, e de fontes primárias a partir de dados fornecidos pela secretaria acadêmica da instituição. A conclusão é que o projeto foi bem-sucedido, tendo servido de base para dar lugar a um projeto semelhante denominado Day-Free.

INTRODUÇÃO

Uma instituição privada de ensino superior localizada em São Paulo iniciou a oferta de cursos seqüenciais em 1999, logo após a regulamentação do artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394 [BRASIL, 1996] materializada na Resolução nº 1 de 27 de janeiro de 1999 [BRASIL, 1999]. Estes cursos estão mais orientados à formação profissional do que à formação acadêmica, mais presente nos cursos de graduação. São considerados de nível superior e possuem minimamente 1600 h/a e dois anos de duração.

A instituição dispunha na época de um número expressivo de cursos de graduação e era incipiente na oferta de cursos de pós-graduação. O atendimento do público adulto (acima de 24 anos) era restrito. A oferta dos cursos seqüenciais oportunizou o incremento das taxas de matrícula deste público específico.

A instituição já contava com alguma experiência acumulada em termos de EaD. Em 1994 havia sido criado um departamento voltado à promoção da educação e tecnologia, e em 2000 foi iniciada a oferta cursos de a distância nas modalidades de extensão, especialização, além de disciplinas do tipo dependência (“dp’s on-line”).

No final de 2001 foi publicada pelo Ministério da Educação a Portaria nº 2253 [BRASIL, 2001] que regulamentou a oferta de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos, limitadas, em seu conjunto, a 20% da carga horária prevista para integralização do respectivo currículo do curso. A referida portaria foi revogada, posteriormente, pela Portaria nº 4059 [BRASIL, 2004].

Considerando o contexto de mercado, a *expertise* acumulada em educação e tecnologia, e a possibilidade de implementar EaD de maneira efetiva e ampliada oportunizada pela Portaria nº 2253 [BRASIL, 2001], foi concebido um projeto diferenciado para o público dos cursos seqüenciais reconhecidos da instituição objeto deste estudo. Na próxima seção são apresentadas as bases teórico-metodológicas de EaD que fundamentaram a criação do projeto

AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA CRIAÇÃO DO PROJETO

A crescente produção de conhecimento em todo o mundo exige das escolas e universidades novas competências, nova organização. A universidade precisa ser reconstruída [BUARQUE, 2003, p. 20], e o EaD é apenas uma das facetas dessa reconstrução. As bases legais do EaD no Brasil foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [BRASIL, 1996] pelo Decreto n.º 2494, [BRASIL, 1998a], Decreto nº 2561, [BRASIL, 1998b), pelas Portarias Ministeriais n.º 301 [BRASIL, 1998c], nº 2253 [2001] e n.º 4059 [2004], entre outras.

Esse conjunto legal revela a necessidade de um projeto nacional que possibilite a ampliação da formação superior para um número cada vez maior de estudantes. Segundo Buarque [2003, p.21], a universidade brasileira precisa aumentar substancialmente o número de vagas. O EaD pode ser entendido como uma das formas de atender à expectativa do governo e da sociedade brasileira no quesito aumento quantitativo no número de vagas para a Educação Superior.

A questão não pode, entretanto, limitar-se em soluções meramente quantitativas: o quesito qualidade é crucial e muitos são os aspectos a ser considerados, como as ferramentas didáticas, os conteúdos curriculares e a forma como esses são elaborados, a especificidade do aluno que irá estudar a distância e que, espera-se, deve ter pré-disposição para o auto-estudo, o papel do docente, ou tutor, que deve estar comprometido com o processo de ensino-aprendizagem [Peters, 2001, p.41]. Desse modo, os primeiros aspectos a ser considerados na criação de projetos de EaD são a didática dessa modalidade de ensino, o *design* instrucional e a comunicação mediada por computador, com ênfase na interatividade.

Peters [2001] discorre longamente sobre concepções e práticas de EaD, apresentando um panorama sobre os modelos dessa modalidade de ensino, o modelo da correspondência, o da conversação, o professoral, o tutorial, o tecnológico de extensão e o da distância transacional e sugere que elementos de todos eles estão presentes em todo o EaD. Ele destaca a significativa contribuição de Michael Moore [1993 *apud* PETERS, 2001] para o EaD, ao descrever a distância transacional como uma variável que resulta do conjunto de *diálogo*, *estruturação* dos programas de ensino a serem apresentados e da *autonomia* dos estudantes.

O diálogo desempenha função essencial na Educação pois é uma forma autônoma de ensino-aprendizagem, com funções pedagógicas e didáticas específicas. Entretanto, segundo Peters [2001], esse elemento enfrenta obstáculos quando há necessidade de um docente atender a um grupo muito grande de estudantes, além do encarecimento desse tipo de atividade para as instituições. Nesse sentido, para que o diálogo se torne viável, é preciso minimizar sua demanda, desenvolvendo uma estrutura de excelente qualidade.

O planejamento detalhado de cursos a distância deve considerar uma adequada estruturação de conteúdos, uso adequado de hipertextos e a promoção da interatividade. Esses requisitos precisam ser apresentados em uma interface que possibilitará efetivamente a aprendizagem.

Na visão de Oliver *et. al.* [1996], materiais publicados na *web* não ensinam, mas provêm um meio que pode promover o aprendizado. No que diz respeito ao conteúdo, esses autores sugerem que o desenvolvimento de materiais educacionais deve considerar a organização, a orientação, a navegação, a apresentação e a interatividade.

É importante que a organização dos conteúdos considere a percepção do aluno, o estágio de aprendizagem em que ele se encontra. Ele precisa ser capaz de interagir com o conteúdo de forma simples e direta. Daí que a próxima preocupação que se deve ter ao desenvolver conteúdos para a internet é a orientação. O aluno precisa ser capaz de compreender “onde” ele se encontra, como ele faz para continuar seu caminho ou para retornar ao ponto de partida.

Segundo esses autores, o desenvolvimento de conteúdos educacionais para a internet deve considerar também o sistema de navegação. A navegação deve ser simples e intuitiva. Uma navegação complexa ou inconsistente pode ser prejudicial para a aprendizagem. O aluno precisa ser capaz de navegar pelo conteúdo de tal forma que sua atenção fique voltada apenas para as informações. Se ele tiver de aprender “como” se navega, o objetivo educacional corre o risco de não ser alcançado, pois sua atenção foi desviada para

compreender como funciona a interface. O sistema de navegação deve ser objetivo, intuitivo e facilitador.

Finalmente, os autores propõem considerar a interatividade como fator *sine qua non* para o desenvolvimento de conteúdos educacionais. Segundo Rafaeli [1988, *apud* DE VOS, 2000], interatividade não é uma característica do meio, mas um processo de construção da comunicação. Uma troca de comunicação só é interativa se cada uma das partes, emissor e receptor, pode responder à outra pela mesma forma.

Teixeira Primo [1999] sugere um estudo que retire a ênfase sobre a máquina e valorize a interação – a relação entre os interagentes –, que vai sendo definida durante o processo. Para ele, entende-se interação como ação entre, isto é, recusa-se a valorização ou do chamado emissor ou do receptor, para se deslocar a investigação para o que ocorre entre os interagentes [TEIXEIRA PRIMO, 1999, p. 23].

Silva [2000] sintetiza as seguintes formulações sobre interatividade necessárias para a práxis comunicacional educativa: (i) o emissor pressupõe a participação-intervenção do receptor, considerando que participar é modificar, interferir na mensagem; (ii) comunicar pressupõe recursão da emissão e recepção, a comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção, o emissor é receptor em potencial e o receptor é emissor em potencial, os dois pólos codificam e decodificam; (iii) o emissor disponibiliza a possibilidade de múltiplas redes articulatórias, não propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferece informações em redes de conexões permitindo ao receptor ampla liberdade de associações e significações. O educador não é, então, o único emissor, mas como agenciador da comunicação, precisa apropriar-se de um discurso que dê primazia às interações professor-aluno, aluno-aluno e aluno-conteúdos.

Além de considerar a didática, a estrutura e a interatividade para a concepção de EaD, outros aspectos, como a gestão administrativa e tecnológica e a logística de “entrega” dessa modalidade de Educação, foram considerados fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento do projeto Sexta-Free. Nas próximas seções são apresentadas as características organizacionais para a oferta de disciplinas a distância do projeto objeto desse estudo.

AS CONDIÇÕES

O regime de oferta de disciplinas adotado pela instituição nos cursos seqüenciais era o regime de crédito modular, que consistia na oferta de disciplinas independentes entre si com duração de um bimestre e cuja matrícula não estava condicionada ao cumprimento paralelo de outras disciplinas. Essa opção de regime foi selecionada por ser considerada mais adequada ao perfil apurado do aluno desses cursos: profissionalmente atuantes e parcela expressiva em cargos de média gerência, com idade média em torno de 28 anos, e que já haviam, na maioria dos casos (54,4%), iniciado uma graduação e interrompido o curso em decorrência de incompatibilidade com as demandas de trabalho. O formato modular atendia à necessidade de ausência parcial ou integral dos alunos por período determinado decorrente, em grande parte, de demandas específicas das empresas em que atuavam.

Apesar dessa formatação modular que facilitava a ausência do aluno por períodos curtos ao longo do semestre, percebeu-se que a presença dos alunos

aos módulos ministrados às sextas-feiras era consideravelmente baixa. Significa dizer que os alunos julgavam estar disponíveis naquele período para frequentarem as aulas e por esse motivo se matriculavam no módulo, entretanto, outras motivações os afastavam das aulas ministradas naquele dia específico da semana. Investigadas as razões desse baixo quórum, identificou-se que estavam diretamente ligadas ao perfil dos alunos, e decorriam de três questões fundamentais. As duas primeiras justificativas foram, praticamente, equânimes: muitos alunos já constituíam família a qual demandava suas presenças às sextas-feiras, e o cansaço decorrente das atividades profissionais realizadas ao longo da própria semana cujo ápice é alcançado às sextas-feiras. Em terceiro lugar também foi mencionado o trânsito de São Paulo que às sextas-feiras é caótico, desestimulando os alunos a se dirigirem à instituição e, posteriormente, às suas residências.

O baixo índice de comparecimento às aulas ministradas às sextas-feiras conduzia à insatisfação também do corpo docente que tinha seu plano de aulas prejudicado. Interessada em solucionar o problema do baixo índice de comparecimento às aulas de sexta-feira e em aumentar a satisfação da comunidade acadêmica, a instituição aprovou a implementação de um projeto denominado “Sexta-Free”, concebido e liderado pela Diretoria de Cursos Seqüenciais, vigente na época.

Cada um dos cursos teve seu projeto pedagógico modificado prevendo a implementação das disciplinas a distância. Foram detalhadas a justificativa para utilização de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, a integração do projeto pedagógico do curso ao projeto pedagógico institucional, a metodologia de EaD, a infra-estrutura tecnológica, a infra-estrutura de apoio local, a equipe interdisciplinar de EaD e o papel do professor-tutor.

O PROJETO SEXTA-FREE

O projeto Sexta-Free baseava-se na oferta de EaD das disciplinas ministradas às sextas-feiras, permitindo a ausência do aluno na instituição nesse dia, exceto em três ocasiões específicas programadas no início e no fim do semestre.

A concepção do projeto Sexta-Free considerou algumas condições que orientaram a seleção de disciplinas de natureza básica e de conteúdo mais genérico para oferta na modalidade a distância. A primeira consideração foi relativa à amplitude da produção de disciplinas *on-line* com um custo mais reduzido possível. As disciplinas de natureza básica eram comuns a todos os cursos seqüenciais, pois pressupunham uma formação geral prévia às demais disciplinas específicas da área e do curso propriamente dito. Concentrando-se a oferta nestas disciplinas seria possível atender um maior número de cursos, e por conseguinte, um maior número de alunos, com um menor custo de produção e no menor tempo possível. A segunda consideração estava relacionada com o material formatado em ambiente virtual que a instituição já havia produzido para oferta de disciplinas do tipo “dependência” na modalidade *on-line*, e que era de natureza básica, necessitando tão-somente de uma revisão e atualização do conteúdo.

A terceira consideração estava relacionada ao fato de que sendo as disciplinas básicas normalmente oferecidas nos primeiros períodos dos cursos de graduação, haveria um número elevado de alunos que já cursaram essas

disciplinas em outros cursos iniciados e interrompidos anteriormente. Dessa forma estariam desobrigados de cumprir as mesmas, desde que comprovada a equivalência, diminuindo o contingente de alunos eventualmente interessados na modalidade a distância, permitindo uma maior eficiência na concepção das turmas.

As disciplinas básicas abordavam matérias nas áreas de: Filosofia e Ética, Ciências Sociais, Língua Portuguesa e Metodologia Científica, cada uma com 80 h/a, totalizando 320 h/a, atendendo ao exposto na legislação que determina o limite de 20% da carga horária total dos cursos a distância.

A concentração das disciplinas básicas às sextas-feiras permitiu a oferta diluída das mesmas ao longo dos dois anos de duração do curso, garantindo ao aluno o acesso às disciplinas específicas desde o seu início. Essa iniciativa estava alinhada às expectativas dos alunos dos cursos seqüenciais que buscavam conhecimento especializado desde o princípio do curso em áreas de atuação profissional selecionadas.

Conforme preconizava a legislação, enquanto não ocorresse o reconhecimento do curso após a adoção da modalidade a distância, era obrigatória a oferta da opção presencial para cumprimento das mesmas disciplinas oferecidas na modalidade *on-line*.

Operacionalmente todos os alunos eram matriculados na modalidade a distância e recebiam um regulamento da Sexta-Free com orientação consistente acerca do seu funcionamento. Após a palestra inicial, na qual eram apresentados o ambiente virtual, a equipe de apoio, os professores e as regras de funcionamento; aqueles que preferissem estudar na modalidade presencial, qualquer que fosse o motivo, eram orientados a enviar um e-mail para um endereço específico fornecido pela equipe de trabalho, revertendo automaticamente sua matrícula para as turmas presenciais. Os alunos que permaneceram na modalidade *on-line* podiam ocupar-se da disciplina a distância no dia reservado para a aula (sextas-feiras) ou em qualquer outro, visto que a oferta da disciplina era assíncrona.

O planejamento pedagógico das atividades garantiu o desenvolvimento de conteúdos e carga horária idênticos aos das disciplinas presenciais, valendo-se das mesmas exigências de desempenho e aproveitamento como critérios de aprovação. Os conteúdos programáticos das disciplinas e as condições de aprovação eram as mesmas, o que diferenciava as opções era, basicamente, a mídia utilizada.

OS ALICERCES DO PROJETO

O projeto Sexta-Free contou com alicerces fundamentais que garantiram sua sustentação ao longo de sua existência. Esses alicerces, abordados a seguir, detalham as condições de funcionamento do projeto, cujo conhecimento é fundamental para a compreensão mais ampliada das implicações de uma proposta dessa natureza.

a) ambiente virtual: o ambiente reunia condições pedagógicas e tecnológicas para oferecer uma aprendizagem de qualidade e promover o aprendizado cooperativo. Além de oferecer recursos comumente utilizados para a comunicação em rede, tais como *chats*, fóruns, listas de discussão, e-mails, entre outros, o ambiente permitia a obtenção de dados relativos aos acessos de alunos e professores, facilitando o monitoramento das atividades e permitindo corrigir eventuais desvios.

b) equipe de apoio: a equipe de apoio era constituída por especialistas de diversas áreas: pedagogos, *web designers*, técnicos, analistas de sistemas, estagiários, monitores, tutores e assistentes que apoiaram professores, coordenadores e diretores. Os alunos puderam contar com uma linha de suporte interativo que solucionava dúvidas técnicas e também de conteúdo. Todos os laboratórios de informática da instituição contavam com monitores treinados e aptos a fornecerem suporte relativos ao ambiente virtual utilizado.

A equipe de apoio gerenciou o treinamento acerca do ambiente aos professores candidatos a serem tutores de disciplinas *on-line*, bem como a todos os docentes interessados em conhecer a ferramenta e, eventualmente, utilizá-la como apoio às aulas presenciais.

c) produção de conteúdos: a diretoria dos cursos seqüenciais, juntamente com as coordenações de curso, identificava professores com perfil adequado para o desenvolvimento de conteúdos *on-line*. Com freqüência, os professores selecionados já ministravam aulas presenciais nos cursos seqüenciais da instituição, conhecendo o público e a proposta pedagógica das disciplinas. Em seguida eram discutidas as condições e o cronograma de atividades e, havendo concordância, era estabelecido um contrato de prestação de serviços entre o professor e uma empresa terceirizada para a produção do *design* instrucional. Esse cuidado eliminava os eventuais riscos trabalhistas considerando que as atividades de docência são muito bem definidas em legislação e protegidas pelo sindicato da categoria. O contrato previa que o pagamento pelos serviços prestados configurava a cessão de direitos sobre o conteúdo produzido, novamente visando a eliminar riscos desnecessários.

Durante a etapa de produção propriamente dita o professor recebia assessoria pedagógica direta e apoio de *web designers* configurando o planejamento instrucional necessário à produção de conteúdos de acordo com as bases teórico-metodológicas estabelecidas pelo projeto e descritas em seção anterior.

d) organização e gerenciamento das atividades: os alunos recebiam no ato da matrícula e em um encontro presencial as orientações relativas à sistemática do projeto Sexta-Free. Era esclarecido que a carga horária e as exigências de aproveitamento eram as mesmas de uma disciplina presencial e que a principal diferença era que o aluno poderia acompanhar o conteúdo das aulas por meio de um computador conectado à Internet, de acordo com seu ritmo e horário de estudo.

Era explicitado que a disciplina possuía carga horária de 80 h/a distribuídas ao longo de 20 semanas letivas, resultando em 4 h/a semanais. Três destes encontros semanais (24 h/a) seriam presenciais e o comparecimento na universidade era obrigatório. O *primeiro encontro* seria a palestra inicial, momento em que era apresentado no que consistia EaD e a dinâmica das atividades da Sexta-Free. O *segundo encontro* seria a aula inaugural (em laboratório de informática) na qual o aluno recebia informações adicionais, conhecia seus colegas e professor e realizava algumas atividades *on-line* de modo a se familiarizae com o ambiente virtual. O *terceiro encontro* corresponderia ao dia da prova final, realizada no final do semestre. Também foi informado um encontro intermediário com o propósito de acompanhamento, destinado ao esclarecimento de eventuais dúvidas sobre e utilização do sistema. Estes encontros presenciais ocorriam, naturalmente, às sextas-feiras,

mas era fornecido um calendário especificando as datas, bem como os locais das atividades.

Era informado que as disciplinas *on-line* seguiam a sistemática de aprovação prevista no regimento institucional, devendo o aluno para ser aprovado atender a duas dimensões básicas: nota final igual ou superior à média estabelecida regimentalmente e frequência mínima correspondente a 75% da carga horária total do curso. A nota final seria apurada a partir de atividades realizadas ao longo do semestre e por uma prova final obrigatória. A frequência no curso seria verificada com base nos seguintes critérios: (i) entrega das atividades *on-line* propostas pelo professor nos prazos estipulados; (ii) comparecimento nos encontros presenciais obrigatórios.

Também eram detalhados os requisitos para acessar as aulas, de maneira bastante didática: era necessário ter acesso a um microcomputador conectado à Internet (em casa, no trabalho ou na própria instituição), possuir uma conta de correio eletrônico e um *browser* de navegação na Internet. Igualmente era especificada a configuração do equipamento, recursos multimídia, navegadores e softwares necessários.

RESULTADOS

No segundo semestre de 2002, quando foi implementada a primeira edição do projeto Sexta-Free, a possibilidade de cumprimento de disciplinas *on-line* foi oferecida tão somente para os alunos ingressantes. A justificativa foi que seria melhor iniciar o projeto com um contingente menor de alunos, de modo a garantir a qualidade e, no caso de surgir algum problema ser mais fácil de monitorar e solucionar.

Finalizado o processo de matrícula em agosto de 2002, a Sexta-Free havia atraído mais da metade dos alunos aptos a aderir ao programa, atingindo 55% do total de alunos ingressantes.

Mesmo considerando bastante significativa a proporção de opção pela Sexta-Free, em detrimento do formato presencial, inferia-se que essa proporção aumentaria nos próximos semestres, de forma gradativa. Esta hipótese baseava-se no fato de que a experiência vivenciada pelo aluno seria repassada aos colegas de maneira crescente e contínua, ampliando o potencial interesse na modalidade a distância.

Ao final do segundo semestre de 2002 foi aplicado aos alunos e professores que participaram da experiência *on-line* um questionário visando a identificar algumas questões referentes à qualidade do curso, qualidade das informações recebidas e opinião de alunos e professores.

No que compete à *qualidade do curso*, buscou-se apurar: (i) nível de conhecimento orientado à formação profissional, (ii) nível de qualidade comparado a seu correspondente presencial, (iii) nível de atualização e exigências do mercado de trabalho, (iv) capacidade de estímulo à reflexão e pesquisa. No que se refere à *qualidade das informações recebidas*, investigou-se: (i) nível de estruturação, clareza e objetividade, (ii) nível de eficácia no esclarecimento de dúvidas, discussão de casos e assuntos correlatos, (iii) capacidade das avaliações identificarem o nível de aprendizagem do aluno, (iv) nível de solicitude dos professores e velocidade de resposta às dúvidas dos alunos. No que concerne à *opinião de alunos e professores*, buscou-se compreender: (i) se alunos estavam satisfeitos com a qualidade ofertada pelo curso *on-line*, (ii) se foi dada abertura para a apresentação de sugestões,

críticas e reclamações, (iii) se as reclamações foram prontamente atendidas e houve retorno aos reclamantes, informando as ações adotadas, (iv) se as queixas dos alunos eram referentes às condições de infra-estrutura (site, comunicação, conexão etc.), ao pessoal de apoio (monitores, instrutores e professores), à qualidade do curso (organização, didática, avaliações etc.)

Os questionários estavam estruturados com base em uma escala Likert e foram complementados por três questões abertas que visavam apurar: até três pontos fortes e até três pontos críticos do curso *on-line*, e até três sugestões para melhorar a qualidade e eficiência do curso *on-line*.

A apuração dos resultados permitiu algumas correções e adequações do projeto. Os alunos pleitearam uma melhor organização na prestação das informações, tanto de ordem geral, a respeito do programa, como especificamente, por parte do professor a respeito das atividades e prazos definidos no âmbito da disciplina. Também pleitearam aumento do número de monitores e solicitaram o ambiente em língua portuguesa.

Providências neste sentido foram tomadas: foi criada uma lista de Frequently Asked Questions – FAQ, o número de monitores foi ampliado e foi convocada uma reunião com os professores-tutores e explicitada a necessidade de inserir no mural do ambiente virtual previamente ao início da disciplina, o cronograma de atividades aula a aula de maneira detalhada, alertando para a data de entrega das atividades. Não foi possível atender naquele momento a demanda pela disponibilização do ambiente virtual em língua portuguesa, embora algumas expressões tivessem sido traduzidas, todavia isso não revolveu satisfatoriamente o problema apontado pelos alunos.

No primeiro semestre de 2003, segunda edição da Sexta-Free, os veteranos (ingressantes em 2002/2) puderam re-optar entre as modalidades presencial e a distância. O resultado foi que o percentual de alunos matriculados na Sexta-Free aumentou significativamente para 83% considerando aquele extrato de alunos aptos a aderir ao projeto. Esse resultado permitiu concluir que os alunos após a experiência da primeira edição do projeto, além de manterem a opção *on-line*, divulgaram aos colegas as vantagens da Sexta-Free fazendo com que outros alunos aderissem ao programa.

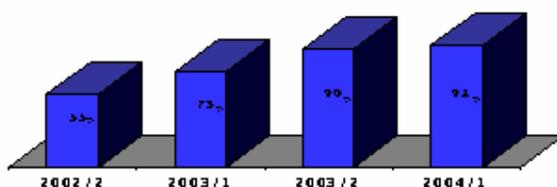
Do total de ingressantes no primeiro semestre de 2003, 73% aderiram à Sexta-Free, representando um aumento nominal de 18 pontos percentuais em relação à turma de ingressantes no semestre anterior. Esse aumento foi atribuído a uma percepção maior por parte da população acerca da modalidade a distância e da importância da experiência *on-line*. No segundo semestre de 2003, novamente o percentual de alunos ingressantes que aderiram à modalidade a distância aumentou, passando para 90%, reforçando essa conclusão. No primeiro semestre de 2004 o percentual atingido foi de cerca de 92% (FIGURA 1).

Ao longo de 2003 uma nova pesquisa foi empreendida junto aos alunos e foram apuradas outras necessidades de complemento ao projeto: disponibilização no ambiente de um tutorial animado, de um manual de apoio ao usuário do ambiente e de uma apresentação a respeito da Sexta-Free. Também foi providenciada a ampliação da lista de FAQs e tornou-se obrigatória a presença do coordenador do curso no primeiro e segundo encontros presenciais (palestra inicial e aula inaugural).

Paralelamente, os professores também participaram de uma pesquisa a respeito da experiência *on-line* com o objetivo de apontar melhorias. Os resultados apontaram para a necessidade de empenho dos monitores no controle de acesso dos alunos nas primeiras semanas de aula visando estimulá-los a acessarem o ambiente e também para a necessidade de alargamento do prazo definido para bloqueio de acesso, pelo menos no primeiro mês de atividades quando eram disponibilizadas as primeiras unidades de aula. Nesse particular cabe uma explicação. O sistema de aulas foi concebido de modo que o aluno apenas pudesse acessar a unidade seguinte, após concluída com aproveitamento (completude dos exercícios) a unidade anterior. O sistema também bloqueava o acesso do aluno que não tivesse acessado o ambiente após decorrido determinado período. As razões para esse bloqueio baseavam-se no fato de que a frequência ao curso era obrigatória e, sobretudo, era necessário respeitar o cronograma de atividades determinado pelo professor, bem como permitir a construção e a maturação do processo de ensino-aprendizagem ao longo do tempo, eliminando a possibilidade de o aluno concluir a disciplina de modo intensivo em um ou dois dias dedicados integralmente a essa tarefa.

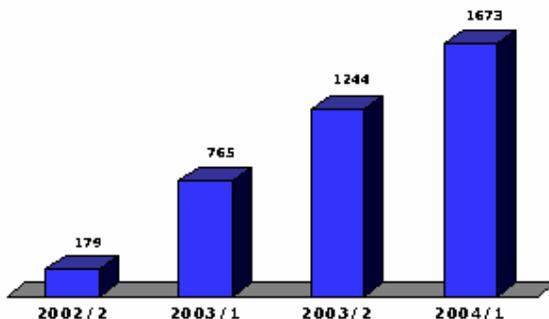
Agregou-se ao plano de gerenciamento do projeto um contato formal (e-mail) com o aluno que se enquadrasse nessa situação de não acesso às aulas, orientando-o a fazê-lo, pois seu acesso estava programado para ser bloqueado em data especificada. Ressaltava-se que se isso ocorresse o aluno seria, automaticamente, reprovado na disciplina sob a alegação de não atingimento do mínimo de 75% de frequência, conforme estabelece a legislação pertinente.

Figura 1. Percentual de alunos ingressantes na Sexta-Free



Fonte: equipe de apoio à promoção de ensino a distância da instituição de ensino

Figura 2. Total de alunos matriculados na Sexta-Free



Fonte: equipe de apoio à promoção de ensino a distância da instituição de ensino

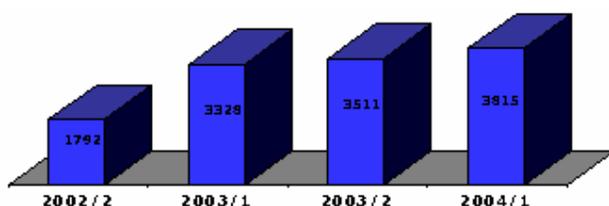
Também foi apurado nestas pesquisas a necessidade de priorizar a interação com o aluno, evitando fornecer respostas curtas que gerassem dúvidas, ou respostas genéricas não personalizadas. Neste sentido definiu-se a necessidade de fóruns permanentes, preferencialmente em todas as aulas,

permitindo uma maior interação semanal entre professor e aluno, de maneira individualizada.

A necessidade de esclarecimento dos critérios de avaliação (quais atividades compunham ou não a nota do aluno) também foi identificada nas pesquisas. Diante disso foram estabelecidos critérios de avaliação docente que definiram que a nota final de todas as disciplinas *on-line* seriam compostas de 60% de prova presencial e 40% de outras atividades (trabalhos, exercícios, etc., constantes ou não no ambiente virtual), devendo cada professor definir essas atividades, bem como as datas de realização das mesmas.

Uma outra questão apontada pelos professores foi a necessidade de ampliação dos trabalhos em grupo. Para atender a esse objetivo foi estimulado o uso das ferramentas de comunicação, como, por exemplo, o *chat*. Foi recomendado aos professores que não utilizassem o *chat* para compor a nota do aluno, pois por se tratar de um recurso síncrono o aluno poderia não conseguir participar.

Figura 3. Total de alunos matriculados nos cursos seqüenciais



Fonte: Secretaria Acadêmica

Todas essas ações corretivas foram tomadas com base no resultado das pesquisas aplicadas aos alunos e professores envolvidos com a Sexta-Free ao longo dos anos de 2002 e 2003. Essas ações corretivas permitiram o incremento do número de matrículas na Sexta-Free e, é provável, que tenham refletido no número total de matrículas nos cursos seqüenciais, conforme evidenciam as Figuras 2 e 3.

Apesar do sucesso evidenciado pela taxa de adesão dos alunos à Sexta-Free, uma mudança no formato de oferta dos cursos seqüenciais de modular para semestral, atendendo a uma definição da alta cúpula da instituição, em paralelo com o aumento da concorrência na oferta de cursos de curta duração, em especial, cursos superiores de tecnologia tiveram um impacto direto nas matrículas dos cursos seqüenciais, cujo portfólio de produtos foi bastante reduzido.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adesão significativa por parte dos alunos à Sexta-Free permitiu o alcance de diferentes resultados. Em primeiro lugar, contribuiu para solucionar o problema do baixo índice de comparecimento às aulas ministradas às sextas-feiras, aumentando a satisfação de alunos e professores. Em segundo lugar, disseminou o aprendizado mediado por tecnologias que se julga constituir um significativo diferencial profissional, especialmente para aqueles que atuam na região de São Paulo, centro econômico mais desenvolvido do país, cujas empresas invariavelmente adotam metodologias educacionais não presenciais mediadas por tecnologia em suas atividades de treinamento e educação.

Do ponto de vista institucional a Sexta-Free também constituiu um significativo diferencial competitivo perante as demais instituições de ensino superior que ofereciam cursos de curta duração, pelo menos em seus anos

iniciais, pois a estratégia era de difícil mimetismo no curto prazo. A liberação de aula presencial às sextas-feiras tornou-se um estímulo à permanência no curso e também ao ingresso de novos alunos. Há que se mencionar ainda a otimização do uso de salas de aula e equipamentos audiovisuais às sextas-feiras que puderam ser canalizados para uso dos cursos de pós-graduação.

Do ponto de vista pedagógico pôde-se experienciar as propostas teóricas que embasaram o projeto e desenvolver soluções que puderam promover aprendizagem significativa e oportunizar aos docentes o desenvolvimento de estratégias didáticas para essa modalidade de educação.

Os resultados positivos da Sexta-Free nos cursos seqüenciais serviram de estímulo à Diretoria da Área de Negócios para que implementasse sistema semelhante nos cursos de graduação pertencentes à área. Em razão do número de alunos envolvidos optou-se por ofertar disciplinas a distância em qualquer dia da semana, originando o que foi denominado de Day-Free. Foram mantidas as mesmas condições pedagógicas, tecnológicas e gerenciais definidas na Sexta-Free. O Day-Free foi implantado no segundo semestre de 2003 e no primeiro semestre de 2004 já apresentava uma curva ascendente de resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases*. Brasília, MEC, 1996. [Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996]

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Decreto* nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, MEC, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Decreto* nº 2.561, de 27 de abril de 1998, MEC, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Portaria Ministerial* n.º 301, de 7 de abril de 1998, MEC, 1998c.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Portaria Ministerial* n.º 2253 de 18 de outubro de 2001, MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Portaria Ministerial* n.º 4059 de 10 de dezembro de 2004.

BUARQUE, Cristovam. A universidade na encruzilhada. *Conferência Mundial de Ensino Superior +5*, 23 a 25 de junho de 2003. Paris, Unesco, 2003. 40 p.

MOORE, Michael G. *Theory of transactional distance*. Apud PETERS, Otto. *Didática do EaD*. São Leopoldo, Unisinos, 2001. 404 p.

OLIVER, Ron *et. al.* "Creating effective instructional materials for the world wide web". *Distance Education Resource Center*. Disponível em: <http://waltoncollege.uark.edu/disted/creating_effective_instructional.html> Acessado em 26/06/2001,

PETERS, Otto. *Didática do EaD*. São Leopoldo, Unisinos, 2001.

RAFAELI, S., SUDWEEKS, F. "Networked Interactivity". *Journal of Computer Mediated Communication* 2(4), 1997. Disponível em: <<http://proquest.org/pqdweb>>. Acessado em 16/12/2002.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro, Quarter, 2000. 232 p.

TEIXEIRA PRIMO, Alex Fernando. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo, Recife, *XXI Congresso da Intercom*, 1998. Disponível em: <<http://www.nuted.edu.ufrgs.br/>>. Acessado em 16/12/2002.